

**JNT - FACIT BUSINESS AND TECHNOLOGY
JOURNAL ISSN: 2526-4281 - QUALIS B1**



**A IMPORTÂNCIA DA LEITURA E ESCRITA
NO ENSINO SUPERIOR E SUAS RELAÇÕES
COM O CURSO DE DIREITO**

**THE IMPORTANCE OF READING AND
WRITING IN HIGHER EDUCATION AND
ITS RELATIONS WITH THE LAW COURSE**

Jocirley de OLIVEIRA

**Faculdade de Ciências do Tocantins
(FACIT)**

E-mail:

oliveiraaraguaina2013@gmail.com

Orcid: 0009-0008-4126-0091

**Francisco Edviges ALBUQUERQUE
Universidade Federal do Norte do
Tocantins (PPGL/UFNT)**

E-mail: fedviges@uol.com.br

Orcid: 0000-0002-0004-1887



RESUMO

Este trabalho apresenta os resultados de uma pesquisa que objetivou investigar como vem sendo a prática de leitura e escrita dos estudantes de Direito no âmbito acadêmico, tendo em vista as características apresentadas após o ingresso acadêmico. No que diz respeito à metodologia, a pesquisa foi bibliográfica e seguiu a abordagem qualitativa. Articulando as pesquisas realizadas, construiu-se reflexões sobre o tema “a importância da leitura e escrita no ensino superior e suas relações com o Curso de Direito. As informações obtidas nos deram condições para entender que é necessário observar a importância da leitura em todos os âmbitos como meio de acesso e produção do conhecimento, porém, todo o reconhecimento transmitido neste artigo, pode não representar a prática da leitura em si, visto que a compreensão da leitura refere-se à estrutura do texto e se dá por meio da decodificação de signos (letras e palavras), mas a interpretação exige além da mera decodificação, é preciso entender o verdadeiro sentido do que foi lido e o que e para quem se escreve. Ao concluir a pesquisa, os dados nos revelam uma grande preocupação de que os alunos de Direito só estão lendo o que é proposto em sala de aula e que não existe incentivo de nenhuma das partes para que ocorra uma mudança nesse cenário.

Palavras Chave: Importância. Leitura. Escrita. Curso de Direito.

ABSTRACT

This work presents the results of a research that aimed to investigate how law students' reading and writing practice has been in the academic field, in view of the characteristics presented after academic entry. With regard to methodology, the research was bibliographical and followed a qualitative approach. Articulating the research carried out, reflections were built on the theme “the importance of reading and writing in higher education and its relations with the Law Course. The information obtained gave us conditions to understand that it is necessary to observe the importance of reading in all areas as a means of accessing and producing knowledge, however, all the recognition transmitted in this article may not represent the practice of reading itself, since Reading comprehension refers to the structure of the text and takes place through the decoding of signs (letters and words), but interpretation requires more than mere decoding, it is necessary to understand the true meaning of what was read and what it is for. who writes.

Jocirley de OLIVEIRA; Francisco Edviges ALBUQUERQUE. A IMPORTÂNCIA DA LEITURA E ESCRITA NO ENSINO SUPERIOR E SUAS RELAÇÕES COM O CURSO DE DIREITO. Facit Business and Technology Journal. QUALIS B1. Janeiro-Fevereiro-Março/2023. Ed. 40. V. 01. Págs. 53-69. ISSN: 2526-4281 <http://revistas.faculdefacit.edu.br>. E-mail: jnt@faculdefacit.edu.br.

Upon concluding the research, the data reveal a great concern that law students are only reading what is proposed in the classroom and that there is no incentive from either party for a change to occur in this scenario.

Keywords: Importance. Reading. Writing. Law course.

INTRODUÇÃO

O diálogo e sua força é um dos grandes difusores de informação, comunicação e competências do ser humano. E via de regra, é por meio dele que se estabelece e se otimiza o ensino nas diversas áreas do conhecimento.

A ausência de uma prática coerente ou o constante uso incorreto da língua no que é pertinente ao ensino da leitura e escrita ainda no Ensino Fundamental e Médio, automaticamente gerará problemas de aprendizagem quando o aluno entrar no Ensino Superior, principalmente nos cursos que exigem mais leitura e produção escrita, a exemplo do Curso de Direito.

Nesse sentido, a maioria dos alunos que iniciam sua formação no Ensino Superior apresentam acentuadas dificuldades de leitura e de escrita, tendo como referência a norma padrão culta da Língua Portuguesa. Saber das dificuldades, a maioria dos professores já sabem, mas, elas só são identificadas na hora em que o aluno necessita repassar os conhecimentos adquiridos para o papel em forma de texto argumentativo dissertativo. Essa situação que em alguns momentos é lamentável, se torna mais enfática para os estudantes do curso de Direito, visto que sua comunicação profissional e social, informações e argumentações na maioria das vezes precisam ser por escrito.

Esse cenário nos remete a compreensão de que alunos que apresentam essas dificuldades tem em sua base de escolarização – (educação Básica) o fio condutor desses problemas e como consequência, uma defasagem expressiva no Ensino Superior.

E para justificar essa deficiência na prática escrita, a maioria dos estudantes utilizam como justificativa a metodologia tradicional que foram submetidos em seus processos de aprendizagem. Não obstante, os professores no Ensino Superior ainda utilizam métodos também tradicionais no ensino. Essa realidade pode agravar ainda mais a situação do estudante, como também, numa mudança brusca ampliar o interesse e a motivação em relação ao ato de estudar e desenvolver o conhecimento aplicado através das práticas de letramento (s). Tudo isso dependerá de como o aluno enxerga o processo.

Diante dessa realidade, os ingressantes no Curso de Direito chegam cada vez mais com dificuldades para compreender e exprimir o que entende pelo assunto em questão. Saliendo ainda que uma boa proficiência em leitura e escrita se constrói por meio da internalização do conhecimento absoluto atrelado ao desenvolvimento de competências e habilidades, seguindo o padrão formal da língua, isto é, apresentando um texto coeso e coerente que tenha como respaldo a construção que envolve uma escrita fundamentada na formação pessoal, social, coletiva e acadêmica.

Essa relação é confirmada por Pécora (1999, p. 25), que diz: “entre a linguagem mais geral e o desempenho de um sujeito na escrita existe um processo escolar, uma história de aprendizagem”.

Essa relação entre a linguagem geral e o processo de aprendizagem desenvolvido ao longo da vida, que não deixa de ser uma consequência direta no estudo efetivado com a Língua Portuguesa, nos traz a compreensão de que essa consciência linguística usual determinará de que formato a língua será observada e como o autor do texto se relacionará com ela.

Tendo essa preocupante realidade com os estudantes nas Instituições de Ensino Superior no Brasil e em se tratando da situação específica do Direito, o estudante, não tem uma trajetória de cinco anos somente “decorando” leis e códigos, ao contrário, ele necessita aprender, interpretar e saber localizar as leis que deve analisar e aplicar em seu dia a dia profissional. Contudo, na faculdade ou universidade, ele não só aprenderá leis, mas o conjunto de objetos, como as doutrinas, que adentram a área jurídica e que exigem de o estudante entendê-los, contextualizá-los e decifrá-los de forma intensa e adequada para assim também se expressar.

Nesse sentido, este artigo, apresenta os resultados de uma pesquisa bibliográfica que se dedicou em verificar qual a importância das competências e habilidades de leitura, escrita e produção textual para o operador do Direito em seu processo de formação acadêmica e de atuação profissional.

A IMPORTÂNCIA DA LEITURA E ESCRITA NO ENSINO SUPERIOR E SUAS RELAÇÕES COM DE DIREITO

A realidade da Aprendizagem em Leitura e Escrita dos Alunos do Direito

É de conhecimento da maioria das pessoas que ter o hábito de leitura, de escrever e compreender o que ler e escreve é importante para o desenvolvimento das pessoas nas diferentes áreas do conhecimento. Para todas, é obrigatório apresentar conhecimentos

coesos e coerentes, competências adquiridas através da leitura e escrita. E por essa necessidade, as escolas desde cedo devem incentivar seus alunos a desenvolverem esse costume.

Ele é importante e acima de tudo determinante, indicado para todas as pessoas. No Ensino Superior, para o estudante de Direito é um requisito significativo, para não dizer obrigatório.

Desde o início da graduação o aluno deve buscar criar essa rotina, uma vez que, durante o curso, irá vivenciar e se deparar com extensos conteúdos de materiais didáticos, leis secas, jurisprudências e doutrinas, sem deixar de mencionar os conhecimentos que terão de adquirir para alcançarem as notas em seus processos de aprendizagem.

Os conhecimentos gramaticais, de leitura, escrita e produção de texto dos alunos do Direito vem se demonstrando cada vez mais deficiente. Segundo Foucambert (1994, p. 75), “essa realidade não é privilegio desta ou daquela instituição, pública ou privada, nem mesmo desta ou daquela região do país. O problema é nacional”.

Terzi (1995, p. 90), endossa essa situação dizendo que:

Frases incompreensíveis, palavras utilizadas erroneamente, dificuldade extrema em redigir um texto, impossibilidade de colocar no papel a sua visão sobre determinado assunto, tudo isto vai se tornando rotina nas atividades dos estudantes do Ensino Superior.

Esse problema não passa despercebido em lugar nenhum. Os profissionais da área do Direito demonstram grande preocupação, docentes vivenciam as dificuldades e sempre comentam, as IES – Instituições de Ensino Superior registram, escritórios de advocacia só selecionam os que tem menos dificuldades, os órgãos públicos sempre estão alertando os estagiários, que por vezes são dispensados por não conseguirem escrever dentro da norma culta. E, quando não são mandados embora, são transferidos para outros departamentos, onde não seja necessário escrever.

Esse problema, que se arrasta e se agrava a cada ano, é profundamente negativo para uma série de contextos. Primeiro, para os próprios alunos que conseguem enxergar sua realidade e ficam sem muitas perspectivas quanto a vida profissional futura. Segundo, perdem os escritórios e órgãos públicos que os empregam, porque o serviço prestado fica aquém das expectativas e Terceiro, as IES perdem pontos junto ao MEC – Ministério da Educação e Cultura, pelos baixos índices de aprovação de seus alunos no ENADE – Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes e quarto, perdem credibilidade porque

seus alunos não conseguem aprovação nos exames da OAB – Ordem dos Advogados do Brasil.

A Quem se Pode Atribuir a Responsabilidade?

Reconhecer que estamos diante de uma virada cultural, de uma transformação regida pelo avanço tecnológicos e de mudanças radicais é o primeiro passo. É importante considerar que essa mudança tem em sua base o uso de aparelhos eletrônicos. Toda e qualquer mensagem eletrônicas nas redes sociais costumam ser curtas, diretas e telegráficas.

Esse modelo de manifestação social, tem mudado comportamentos, gerado novas formas de expressão, ditado novas regras de conduta. Essa realidade traz várias consequências. Uma que merece destaque refere-se na alteração da forma de comunicar-se por escrito, o que abrange um número expressivo de jovens em todo país.

Segundo Melo (2017, p. 45):

Há uma década atrás, quem utilizava as redes sociais utilizavam a frase: “quer teclar comigo”, que significava: trocar mensagens. O mais difícil é compreender que atualmente várias outras formas de comunicação estão em evidencia e afetando diretamente a qualidade da comunicação entre as pessoas. Como por exemplo, pode-se citar as mais simples: “fds” - final de semana, “blz” - beleza, tudo bem, “tbt” – lembranças, “sussi” – sossego, “beijaum” – beijo grande, “cntg” – contigo, “tlgd” – estou ligado, msg - mensagem. Toda essa forma de comunicação nos leva a compreensão que estamos diante de uma nova e dominuta linguagem, o internetês (aspas do texto original).

Outras formas consideradas dominuta linguagem, refere-se as palavras estrangeiras que são incluídas no vocabulário diário dos mais jovens. Por vezes substituindo palavras da língua portuguesa (apagar, por deletar), em outras situações, traduzindo erroneamente (inicializar ao invés de iniciar). Ou mesmo inovando totalmente (printar para não dizer imprimir).

Para Melo (2017, p. 62), socialmente, o jovem que não se adequar a essa nova modalidade de comunicação está fora, excluído do grupo. Um jovem universitário que fala e escreve bem, não é visto pela maioria como uma pessoa que está preocupada com a qualidade de sua formação, na maioria das vezes é chamada de CDF – cabeça de ferro ou nerd, caxias e outras.

Independente da nova forma de comunicação que não deixa de ser preocupante, podemos em um segundo plano, mas com grande relevância, nos reportarmos as

deficiências trazidas por esses alunos do Ensino Fundamental e Médio. Acredita-se que se tivessem obtidos uma formação coesa e coerente nesses níveis da educação básica, estariam menos influenciados, ou sabendo utilizar de forma correta essas novas terminologias na comunicação. Não é preciso ser um especialista para saber que houve uma queda brusca no nível de ensino e que não se reprova ninguém, principalmente nas escolas públicas. Segundo a mídia impressa “A discreta melhora apresentada nos últimos anos no ensino médio público cessou em 2011” (FOLHA DE SÃO PAULO, 15.8.2012, C1).

Nesse sentido, quando chegam no Ensino Superior, o jovem acadêmico passa a apresentar grandes dificuldades em expressar-se, inclusive oralmente. O seu repertório reduz-se a poucas palavras. Sem vocabulário ampliado não conseguem expor as ideias, não consegue transmitir o que pensa. É, por isso que encontramos nos trabalhos acadêmicos produções sem sentido, sem foco. Escrevem por escrever, sem ter a noção que um bom texto tem começo, meio e fim, ou seja coerência e coesão.

É nesta ocasião que o graduando possivelmente passa a entender a sua falha ao não compreender o que se lê, ou não se expressar de modo adequado, escrevendo fora dos padrões formais da Língua Portuguesa (FREITAS, 2012).

Não é difícil, aliás, é muito comum que o professor encontre parágrafos incompreensíveis, sem sentido, que repetem a mesma coisa duas ou três vezes, ou referências que nada tem a ver com o assunto tratado, porque foram copiadas de trechos de outros assuntos. Há uma mescla de mau português com dificuldade de organizar as ideias.

Para as dificuldades de aprendizagem da leitura e da escrita não existe um único responsável, tem base no sistema educacional brasileiro, e devem ser consideradas como formas do fracasso escolar. Isto quer dizer que sua problemática é a mesma do fracasso escolar em geral e que só podem ser compreendidos e enquadrados nesta mesma questão (STAMBAK, VIAL, DIATKINE, PLAISANCE E BEAUVAIS, 1984, p. 112).

Se essa situação é ruim para a maioria dos estudantes universitários, Bossa (2007, p. 34) corrobora dizendo que, “ela é ainda mais preocupante para o acadêmico do Curso de Direito”. Isto mesmo, porque rotineiramente nas profissões jurídicas, a apresentação e exposições de ideias, falando, lendo ou escrevendo, exige muita qualidade. Nessas profissões não existe opções, a única possível é carregar internalizado competências e habilidades de ler, escrever, produzir textos e interpretar.

A Realidade do Conhecimento em Leitura e Escrita no Curso de Direito

Atualmente, estamos a acreditar que existe uma grande mobilização por parte das Instituições de Ensino Superior que ofertam o Curso de Direito em contemplarem nas matrizes curriculares disciplinas ou cursos de extensão de curta duração que tragam a luz o ensino e aprendizagem da Língua Portuguesa, tendo como foco as práticas sociais de leitura e escrita.

Segundo Freitas (2012, p. 39):

Essa urgência se justifica em virtude de existir necessidade de o estudante internalizar competências e habilidades e obter uma formação linguística e extralinguística respaldada no desenvolvimento e aplicação da linguagem em seu processo de formação e posterior atuação profissional.

Nesse contexto, atuar profissionalmente no ramo do Direito exige uma formação acadêmica respeitável, onde a competência de ler, falar e escrever necessita ser coerente, plena. Porém, o que se verifica no dia a dia das IES é pouca preocupação em ofertar um ensino da Língua Portuguesa focado na qualidade. Além disso, existe uma desigualdade informacional em relação a produção e promoção do conhecimento.

Nesse viés, ao concluir o curso superior em Direito e pleitear sua aprovação na Ordem e passar a atuar no mercado de trabalho, Freitas (2012, p. 70), diz que “o profissional do Direito que não consegue ler com proficiência e escrever formalmente terá muita dificuldade para se expressar”. Ficando limitado a imitação de argumentos e petições. Com isso, justifica-se que a Língua Portuguesa é um instrumento eficaz, imprescindível e essencial nas atividades textuais orais e escritas de todos os profissionais das ciências jurídicas.

Ainda que não seja responsabilidade exclusiva das IES em corrigir todos os problemas e dificuldades trazidos pelos alunos ao longo de sua trajetória escolar, cabe a ela desenvolver ações para que essas deficiências sejam minimizadas, logo porque, essa dificuldade também surtirá efeitos negativos nos resultados do Exame da Ordem e no ENADE. Portanto, é importante que ao ofertar o Curso de Direito a instituição se preocupe em apresentar práticas contextualizadas e suportes de informação e comunicação que possam contribuir com o aprendizado do aluno, e que dessa forma ele no transcorrer do curso e após sua finalização possa propagar o conhecimento adquirido.

Segundo Freitas (2012):

É imprescindível o apoio pedagógico e metodológico do docente para desenvolver nos educandos uma postura crítica (competências e habilidades) frente ao ato de ler e escrever os discursos que são produzidos e que irão circular na sociedade que estão inseridos (FREITAS, 2012, p. 12).

Contrariando essa propositura, pode-se afirmar com segurança, que as coordenações de quase todos os Curso de Direito no país, desprezam o texto como fonte de desenfado, ou seja, passatempo que descansa o espírito; divertimento, recreação, informação e desenvolvimento. Limitam-se, portanto, a proporem leituras somente do que é imprescindível, obrigação e/ou imposição das disciplinas. Na maioria das vezes, as atividades de sala de aula estão atreladas a leitura de apostilas, artigos científicos e capítulos de livros. E, uma coisa é certa, os alunos só leiam por obrigação. Na maioria das vezes buscam os resumos dessas leituras em sites da internet. Tudo isso, com o objetivo de ler um conteúdo menor.

Portanto, é notório que o aluno do ensino superior, principalmente o estudante de Direito, tem entre as suas diversas tarefas a necessidade de expressar conhecimentos, visões, proposições e apreciações através da escrita. Nesse contexto, podemos confirmar que o ensino da Língua Portuguesa presencial como requisito obrigatório na matriz curricular para as instituições com cursos presenciais, irá causar um avanço na educação superior, possibilitando o intercâmbio de conhecimentos e a troca de saberes em relação à área de formação, criando, assim, um entendimento mais preciso por parte dos estudantes.

Para isso, é essencial que seja propiciado aos educandos o conhecimento disciplinar, interdisciplinar e multidisciplinar que devem ser ampliados e cultivados nas práticas pedagógicas de cada docente dentro e fora do espaço acadêmico.

METODOLOGIA

A metodologia é considerada o bojo condutor de qualquer pesquisa, possibilitando escolher o melhor caminho, tornando o estudo mais prático e mais científico. Fazendo, portanto, com que o pesquisador consiga chegar ao fim de uma forma mais organizada. Assim, o objetivo principal da metodologia adotada para este estudo foi a de organização do pensamento científico.

Nesse sentido, a presente pesquisa buscou desvelar a realidade da leitura e escrita nos Cursos de Direito, como também verificar que importância é atribuída a essas habilidades e competências em sala de aula. A escolha por buscar compreender na prática

o que já foi feito e o que está sendo feito em relação a aquisição dessas habilidades no Curso de Direito, foi o que nos moveu para a pesquisa.

Assim, a abordagem utilizada para o desenvolvimento da pesquisa foi a qualitativa com foco na descrição. Nessa abordagem não foi a atribuição de um nome que estabeleceu o rigor metodológico da pesquisa, mas a “explicitação dos passos seguidos em sua realização, ou seja, a descrição clara e pormenorizada do caminho percorrido” (ANDRÉ, 2013, p. 96). E descritiva, pois o estudo foi além da simples identificação da existência de relações entre variáveis, objetivando determinar a natureza dessa relação. Diante desses diversos caminhos possíveis, optou-se pela pesquisa bibliográfica.

Segundo Gil (2002, p. 73), “a Pesquisa científica é iniciada por meio da pesquisa bibliográfica, em que o pesquisador busca obras já publicadas relevantes para conhecer e analisar o tema problema da pesquisa a ser realizada”. Nesse sentido, a pesquisa bibliográfica nos auxiliou desde o início, pois, identificou-se a existência de trabalhos científicos produzidos sobre o assunto dessa pesquisa, colaborando, portanto, na escolha do problema do método mais adequado. A pesquisa bibliográfica foi primordial na construção desta pesquisa, uma vez que nos permitiu conhecer melhor o fenômeno em estudo.

Assim, os instrumentos utilizados na realização da pesquisa bibliográfica foram: livros, artigos científicos, teses, dissertações, anuários, revistas, leis e outros tipos de fontes escritas que já foram publicados.

Essa forma nos permitiu adquirir um amplo e detalhado conhecimento, tarefa praticamente impossível mediante outros delineamentos. O método permitiu ainda investigar focalizando o fenômeno particular, levando em conta o cenário e suas múltiplas dimensões.

No que se refere a coleta dos dados, o estudo, conforme já dito anteriormente, esteve desenhado na leitura de obras sobre leitura, escrita e produção de texto nos cursos de Direito, assim, nossa pergunta para desenvolver toda a pesquisa foi: Qual a importância da leitura e escrita e de suas relações com o Curso de Direito?

Elaborada a partir de materiais já publicados, os dados coletados foram fichados e rigorosamente analisados, servindo de base para dar sustentação a toda escrita deste artigo.

A escolha desse método de análise se deu pela necessidade de ultrapassar as incertezas que poderiam permear o contexto da pesquisa. Finalmente, foi importante para a apresentação das informações obtidas de forma clara e específica. Também, foi alicerce para identificar quais as conclusões que se chegou sobre o assunto. A relação entre os

dados obtidos e os marcos teóricos é o que deu sentido à interpretação, como é possível verificar a seguir.

RESULTADOS E DISCUSSÃO DOS DADOS

Após acesso às fontes, leitura de todo o material previamente selecionado, organização das informações principais em categorias de análise, realizou-se de forma descritiva uma análise de todo o conteúdo lido, visando estabelecer uma compreensão e ampliação do conhecimento sobre o tema pesquisado. Todo esse acervo de pesquisa se tornou fundamentos teóricos eficazes para produção desse artigo. Este trabalho procurou seguir seus objetivos, os quais centram-se sobre a importância da leitura e da escrita de suas relações com o Curso de Direito, refletindo sobre o significado e importância atribuídos às mesmas.

Dessa forma, enfatiza-se que este trabalho respeitou a lei de direitos autorais, comprometendo-se a citar todas as fontes que foram utilizadas para o seu desenvolvimento, podendo servir de base para outros pesquisadores que tenham interesse pelo tema. Tornar-se de extrema importância, por promover uma reflexão sobre o ensino-aprendizagem da leitura e da escrita no Curso de Direito, tema que tem permeado discussões no Ensino Superior. Apresenta-se também com a mesma importância para os profissionais da área do Direito, que visam uma educação superior melhor, para todos sem distinção, haja vista, ser mais uma fonte bibliográfica disponível.

Diante desse olhar e mediante os resultados obtidos em toda pesquisa bibliográfica, ficou evidente que existe muitas dificuldades com os alunos do Curso de Direito em relação ao desenvolvimento das habilidades e competências de leitura e escrita. Entre as várias dificuldades, citamos as que prejudicam de sobremaneira o desempenho em sala de aula e na sua futura vida profissional:

Quadro 1. Dificuldades geradas pela ausência do hábito de leitura e escrita:

Dificuldades	Especificação
Ausência do hábito de leitura	Não só por conta da Internet, mas também por causa da falta de leitura incentivada pelos pais e pelas instituições de ensino desde cedo, a maioria dos alunos que chegam ao curso superior não gostam de ler. A leitura no ambiente acadêmico é muito importante, entretanto, há alguns alunos que leem apenas os livros, textos, artigos e revistas sugeridos pela disciplina e não demonstram interesse em praticá-la dentro e fora da sala de aula.

	(https://sampi.net.br/bauru/noticias) acesso em 18/02/23.
Pouca habilidade para a escrita	É notório que a maioria das pessoas que não tem o hábito de ler, também não tem o prazer pela escrita. A maioria dos alunos já entram no Ensino Superior trazendo essa dificuldade. Os motivos são vários, mas, boa parte centra-se em questões de ordem pedagógica, ou seja, na metodologia de ensino utilizadas em sala de aula. Elas se concentram na pouca prioridade dada pelos professores e alunos aos temas estudados, na ausência de incentivo para ler e escrever em casa. Também existe as de ordem relacionada a deficiência, a exemplo: a dislexia, que é um distúrbio genético que dificulta o aprendizado e a realização da leitura e da escrita. O cérebro, por razões ainda não muito bem esclarecidas, tem dificuldade para encadear as letras e formar as palavras, e não relaciona direito os sons às sílabas formadas. (https://saude.abril.com.br/) acesso em 18/02/23.
Pouca habilidade para oratória	O pouco hábito pela leitura, o medo de se expressar e a pouca participação em debates e apresentação de trabalhos em sala de aula são considerados fatores importantes para pouca oratória do aluno de Direito. A oratória é muito importante não só para advogados que tem atuação nos tribunais do júri, promotores e juízes, mas para todos os graduados em direito, pois em quase todas as áreas o advogado precisará fazer defesa oral, e nesse momento é imprescindível que o mesmo tenha uma boa oratória e que consiga passar para os que o ouvem o que realmente ele pensa, isto de forma coesa e precisa (SOUZA, 2010, p. 76).
Pouco conhecimento sobre termos técnicos	Os alunos de Direito não costumam dar atenção as disciplinas propedêuticas, dão muita atenção aos livros simplificado, resumidos e descomplicados, não se dedicam ao estudo da mediação, conciliação, arbitragem e negociação, não mantêm contato pessoal com as situações estudadas, não costumam dá o valor necessário aos estágios e desenvolvem pouca pesquisa. O pouco interesse nos itens citados reduz fortemente os conhecimentos de termos mais técnicos da área jurídica (https://www.aurum.com.br/blog/termos-juridicos) acesso em 18/02/23
Pouco repertório de palavras	O pouco habito pela leitura, pouca participação na apresentação de trabalhos em sala de aula, não assistir telejornais, filmes, séries e documentários, pouco dialogo, conversação, falta de uso de dicionários, pouco uso de sinônimos, falta de interesse em entender como se formam as palavras e o uso contínuo de termos generalistas são alguns fatores para o pouco repertório do aluno de Direito. (HENRIQUE, 2010, P. 76).
Pouco conhecimento sobre o uso	É pelo no pouco habito de leitura e pela pouca

da pontuação	produção escrita que o aluno de Direito deixa de utilizar corretamente a pontuação, ou seja ele não consegue representar pausas na fala, nos casos do ponto, vírgula e ponto e vírgula; ou entonações, nos casos do ponto de exclamação e de interrogação e outros sinais de pontuação importantes. (Grifos do autor).
Pouco senso crítico	A pouca criatividade para desenvolver as coisas, o não saber utilizar a inteligência emocional, o pouco estímulo em participar de atividades em sala de aula, pouca leitura voltada para a interpretação, pouca participação no planejamento de debates guiados, pouca vivência com abordagens contextualizadas e interdisciplinar e ampliação do repertório cultural são fatores que retardam o desenvolvimento do senso crítico do aluno do Curso de Direito. (GARCEZ, 2002, p. 66).

Fonte: Os autores.

Diante dessas dificuldades encontradas, é possível apresentar nesta parte do artigo uma discussão com foco na superação das mesmas.

Independente da carreira que o profissional do Direito escolheu para seguir, uma coisa é certa, costuma escrever bastante. Isso vale para advogados, juízes promotores, defensores e demais profissionais da área, todos irão praticar atos jurídicos por meio da escrita, pois, os feitos de qualquer processo (judicial ou administrativo) necessitam ser documentados e registrados. Nesse sentido, traz-se à baila a importância da leitura e escrita na vida desse profissional.

Para os que ainda não ingressaram no mundo jurídico, desenvolver essa capacidade é fundamental. Pleitear uma vaga em um concurso e alcançá-la costuma ser bastante difícil, visto que as provas normalmente têm níveis elevadíssimos. Em todos esses exames, a Língua Portuguesa tem papel relevante, além das prováveis avaliações dissertativas.

Para Bellenger (2004, p. 78, “estar preparado para enfrentar esses desafios, requer estudo e dedicação”. Mas, existe métodos eficientes para desenvolver essa habilidade, sendo que em todos a leitura é o carro chefe. Pois, na medida em que ocorre a leitura, aprende-se a gramática da maneira correta e de como as palavras são escritas, mesmo que inconscientemente.

Bellenger (2004, p. 79), diz ainda que:

Além de buscar os métodos eficientes que naturalmente envolve a leitura, desenvolver a escrita ainda ajuda na compreensão do conteúdo das mensagens, fazendo com que o aluno entenda melhor até mesmo os enunciados das questões de uma prova, por exemplo.

Associado ao hábito de ler e escrever, existe a questão da oratória. No Direito como em diversas outras áreas, ter uma boa oratória é fundamental. No Direito, um bom advogado, se sustenta por saber expor os seus argumentos com clareza e didática durante uma audiência ou enquanto estiver despachando com um promotor ou com juiz. Ter um bom vocabulário é ter a certeza que sua argumentação oral será segura.

Nesse contexto, a importância de uma boa oratória se amplia em virtude de que em alguns concursos ou certames os cargos mais cobiçados, como os de juiz, delegado e promotor, entre outros, possuem uma etapa que é justamente a prova oral (CASTILHO, 1998, p. 39).

Enquanto aluno do Curso de Direito, que deseja desenvolver a habilidade da fala e ter uma boa oratória, é importante buscar literaturas no mercado voltadas para quem deseja falar em público, ou, paralelo ao estudo participar de cursos específicos sobre oratória. Porém, esses não são os únicos requisitos para ter uma boa oratória. Se o acadêmico desenvolver o hábito de leitura, essa conquista já vai ajudá-lo de forma significativa (FAVERO, 1999, p. 92).

É de notório saber que a área do Direito utiliza vocabulário técnicos no dia a dia, sendo que algumas locuções são usadas até mesmo em latim. E a única forma de se familiarizar com essas palavras e aprender a utiliza-las é através da leitura de textos, peças e outros documentos jurídicos. Até se quiser decorar um texto será por meio da leitura.

Esse método é mais eficaz do que apenas ler o conceito sobre determinado termo em um dicionário, por exemplo. Quando uma palavra dentro de um contexto é lida repetidas vezes, acaba-se internalizando e aprendendo a usá-la no contexto correto.

A forma de como falamos, isso vale para o estudante quanto para o profissional do Direito, está representada pela carga de leitura que se tem. Ou seja, o repertório é resultado do nível exaustivo de leitura, intelectual, construído a partir do contato com várias leituras. Isso vale também para a produção escrita. A qualidade das expressões utilizadas deve ser variada para que o texto não fique repetitivo, cansativo e enfadonho para quem ler.

A leitura, indiscutivelmente aumenta o vocabulário, pois condiciona o leitor a conhecer novas palavras, termos, a identificar suas formas de utilização, aplicação e significado. Uma dica importante, é quando se estar lendo um texto e se deparar com uma palavra ou termo desconhecido, o importante é parar a leitura e buscar o conceito e seus sinônimos. Essa atitude os levará a conhecer novas palavras e a partir daí, inseri-la no seu

vocabulário, o que vai contribuir para melhoria de sua leitura, escrita e oratória (CEREJA, 2014, p. 114).

Nesse cenário de necessidade do aluno no curso de Direito de ter habilidades e competências de leitura e escrita como condição para um bom desempenho acadêmico não se pode deixar de mencionar a questão do uso correto da pontuação. Saber utilizar corretamente a Língua Portuguesa é fundamental, indispensável por qualquer profissional em suas escritas.

Saber utilizar corretamente a pontuação no texto, é garantir ao leitor que ele será guiado do início ao fim da escrita. Pois, a pontuação funciona como uma sinalização sobre a forma de como a leitura deve ser realizada e compreendida.

Imagine duas situações. A primeira, o aluno de Direito ao elaborar um texto avaliativo, desejará que o professor compreenda o que ele está argumentando. Porém, se a pontuação não estiver corretamente aplicada, o professor poderá não compreender o que o aluno desejou passar. A segunda, trata-se de uma petição produzida pelo advogado e direcionado a um juiz. Imagine que essa petição tenha problemas com a pontuação, argumentação e outras situações. Isso obviamente levará o juiz a não compreender o que o advogado pretendia apresentar. Essa deficiência poderá levar a perda da causa.

Novamente retoma-se a questão do hábito de leitura. Essa prática ajuda muito, pois lendo um texto é possível observar, ter uma visão macro sobre a forma adequada de empregar a pontuação corretamente.

Não muito diferente do que já foi explanado, o senso crítico é desenvolvido através do pensamento refletido sobre algo, consiste na capacidade de estudar e expor a sua crença sobre determinado tema. Toda leitura que é realizada, toda reflexão construída é senso crítico.

Segundo Abreu (2000, p. 17):

Ouvir simplesmente a opinião do outro sem que tenha realizado um estudo minucioso sobre a questão é dar à mão para o senso comum, o seja, para o pensamento raso que é partilhado entre várias pessoas. E, isso não deve ser uma prática para o operador do Direito.

Assim, o aluno que já está habituado a ler e ir atrás de informações adquire o desenvolvimento do senso crítico de forma rápida. A leitura do estudante de Direito não deve se limitar aos livros jurídicos — que são fundamentais para a sua formação. Realizar leituras diversas, além de prazeroso, auxilia no desenvolvimento e ajuda na compreensão dos conteúdos em sala de aula.

Portanto, a leitura traz muitos benefícios para os alunos de Direito, entre eles: aumento do senso crítico, evolução do pensamento sistêmico, vocabulário amplo e rico, desenvoltura na oratória e expressão, melhora na escrita, maior capacidade de persuasão, estímulo à abertura de novas opiniões e pontos de vista, expansão do repertório cultural, maior qualidade nas relações interpessoais e autodesenvolvimento contínuo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realidade nos preocupa e o estudante de Direito deve se perceber no processo e buscar sair dessa conturbada situação. Existe muitos caminhos para superar esse problema, mas a regra número um é ler, ler autores com escrita clara, persuasiva e acima de tudo os textos ricos em sinônimos. Leituras que organize suas ideias e melhore seu vocabulário. Ler Machado de Assis e os editoriais dos grandes e bons jornais também ajuda.

A segunda regra é escrever, escrever uma página por dia, sobre assuntos variados, mas que tenha relação com a sua área de estudo. É importante solicitar que alguém com mais experiência na produção escrita leia e corrija para você. Após a correção é importante que você reescreva o texto. Não esqueça da coerência e coesão. O Aluno do Direito deve fugir da cômoda repetição de textos alheios. Seja criativo, produza suas próprias leituras.

Apesar da IES – Instituição de Ensino Superior não ser a culpada pelo problema, isso não a exime do compromisso de enfrentar o problema e contribuir com a formação qualitativa do aluno. Essa necessidade de contribuir, de inovar e garantir na matriz curricular aulas de Língua Portuguesa é uma possível garantia de que seus alunos não irão deixar cair o nível da instituição como também não irão reprovar no Exame da OAB, nos concursos públicos e no ENADE.

É preciso que se inclua o Português nos cursos de graduação, como matéria obrigatória. No primeiro período e de preferência com um professor especialista na área. Se a IES não quiser colocar com todas as letras que está ensinando português, pode nomear a matéria com outro nome, mas, que deixe claro para os alunos quais são os fundamentos da disciplina. E se houver dificuldades com a grade horária, já que cinco anos não são suficientes para tantas matérias, que pelo menos se ofereça um módulo, isto é, aulas que se assistem por inscrição voluntária ou ainda curso a distância, via plataforma EAD.

No contexto de contribuição, os professores são fundamentais, não somente o modulado para ministrar a disciplina de Língua Portuguesa, docentes de todas as disciplinas podem contribuir nessa transformação. O auxílio, o acompanhamento, as correções e outras práticas inerentes à docência são fundamentais. Os professores também

podem contribuir evitando produzir provas somente objetivas. É importante que algumas questões venham abertas, dessa forma irão auxiliar na prática da redação. Provas orais também ajudam, pois obrigam os alunos a melhorarem suas expressões, a oratória.

Outra forma de minimizar o problema, está nos órgãos públicos que selecionam e contratam estagiários. É importante que ao abrir um processo para seleção de estagiários, seja aplicada uma prova de redação. Incluir a Língua Portuguesa nesse processo também é uma boa providência.

Portanto, o problema está aí e é preciso enfrentá-lo. E os estudantes necessitam ter em mente que, mesmo neste novo mundo, ele sempre exigirá do profissional do Direito clareza de ideias e eficiência na exposição das teses.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, A. S. **A arte de argumentar: gerenciando razão e emoção**. 2a ed. Cotia, São Paulo: Ateliê Editorial, 2000.

BELLENGER, Richard. **Como incentivar o hábito de leitura**. São Paulo: Àtica, 2004.

BOSSA, N. **Fracasso escolar: Um olhar psicopedagógico**. Porto Alegre: Artemed, 2007.

CASTILHO, A. T. de. **A Língua Falada no Ensino do Português**. São Paulo: Contexto, 1998.

CEREJA, William Roberto. **Português Linguagem**. William Roberto Cereja, Thereza Cochar Magalhães. 8º edição, São Paulo: Atual, 2014.

FÁVERO, L. L.; ANDRADE, M. L.; AQUINO, Z. **Oralidade e Escrita: perspectivas para o ensino de língua materna**. São Paulo: Cortez, 1999.

FOUCAMBERT, Jean. **A Leitura em questão**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.

FOLHA DE SÃO PAULO, 15.8.2012, C1.

GARCEZ, Lucília. **Técnicas de redação**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

HENRIQUE, Antônio. TRUBILHANO Fabio. **Linguagem Jurídica e Argumentação**. São Paulo: Editora Atlas, 2010

AURUM: <https://www.aurum.com.br/blog/termos-juridicos> - acesso em 18/02/23

SAÚDE: <https://www.saude.abril.com.br/> - acesso em 18/02/23.

SAÚDE: <https://www.saude.abril.com.br/> - acesso em 18/02/23.

Jocirley de OLIVEIRA; Francisco Edviges ALBUQUERQUE. A IMPORTÂNCIA DA LEITURA E ESCRITA NO ENSINO SUPERIOR E SUAS RELAÇÕES COM O CURSO DE DIREITO. *Facit Business and Technology Journal*. QUALIS B1. Janeiro-Fevereiro-Março/2023. Ed. 40. V. 01. Págs. 53-69. ISSN: 2526-4281 <http://revistas.faculdefacit.edu.br>. E-mail: jnt@faculdefacit.edu.br.

MELO, José Marques de. **Os meios de comunicação de massa e o hábito da leitura: teoria e prática.** Porto Alegre: Mercado Aberto, 2017.

PÉCORA, Alcir. **Problemas de Redação.** São Paulo: Martins Fontes, 1999.

SOUZA, Cláudio. **Curso de Oratória e Marketing Pessoal.** Professor Cláudio de Souza – Belo Horizonte: Editora Líder, 2010.

STAMBAK, M., VIAL, M., DIATKINE, R., PLAISANCE, E., BEAUVAIS, J. Síntese dos trabalhos. IN AJURIAGUERRA, J. de et al. **A dislexia em questão: dificuldades e fracassos na aprendizagem da língua escrita.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1984.

TERZI, Sylvia Bueno. **A construção da leitura.** Campinas: Pontes, 1995.